



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+ ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B, Sala T-13.
2 22 de março de 2017

4 Presentes:

| Nome | Instituição | Função |
|----------------------------|--|---|
| Ana Luiza Champloni | Ministério da Fazenda (MF) | Titular |
| Edel Tenório | Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) | Titular |
| Luiz de Andrade Filho | Ministério das Relações Exteriores (MRE) | Suplente |
| Luz Marilda Maciel | Secretaria de Governo da Presidência da República (SG-PR) | Titular |
| Magaly Medeiros | Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (AC) | Titular |
| Maurício Philipp | Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (MT) | Titular |
| Sidney Medeiros | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) | Titular |
| Thelma Krug | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Titular - Presidência |
| Carlos Eduardo Rittl Filho | Observatório do Clima (OC) | Suplente |
| Márcio Rojas | Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) | Titular |
| Pedro Antônio Bavaresco | Ministério do Desenvolvimento Agrário/ SEAD, Casa Civil | Suplente |
| Leticia Guimarães | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Suplente - Presidência (na presença do titular) |
| Letícia Rangel Turra | Grupo Carta de Belém (GCB) | Suplente (na presença do titular) |
| Antônio Stroski | Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (AM) | Suplente (na presença do titular) |
| André Andrade | Casa Civil da Presidência da República (CC-PR) | Indicado para participar da reunião |
| Milena Medeiros | Casa Civil da Presidência da República (CC-PR) | Suplente |
| Leandra Fatorelli | | Observadora |
| Roberta Cantinho | Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) | Observadora |
| Vanessa Pinsky | Universidade de São Paulo (USP) | Observadora |
| Everton Lucero | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Convidado |



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

| Nome | Instituição | Função |
|----------------------|--|----------------------|
| Dalton Valeriano | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) | Convidado |
| Raoni Rajão | Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Observador |
| Livia Marques | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Observadora |
| Alexandre Avelino | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Secretaria Executiva |
| Antonio Sanches | | |
| Monique Ferreira | | |
| Rafael Brito Pereira | | |

5

6 **Abertura**

7 A terceira reunião ordinária da CONAREDD+ teve início às nove horas e cinquenta
 8 minutos do dia vinte e dois de março de 2017.

9 Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas (SMCF) do Ministério do
 10 Meio Ambiente (MMA), deu as boas-vindas aos membros da CONAREDD+ e agradeceu
 11 por sua participação.

12 O Secretário Everton (MMA) enfatizou a importância da CONAREDD+ avançar com mais
 13 velocidade, pois o Brasil não pode perder o momento que criou ao se tornar o primeiro
 14 país a estar habilitado a receber pagamentos por resultados de REDD+. Destacou
 15 que parte da estratégia da SMCF para 2017 é mapear novas fontes de recursos. Deve-se
 16 ligar o financiamento da NDC a esses recursos de REDD+, considerando as metas claras
 17 do Brasil para o setor florestal como um incentivo à captação e ao mesmo tempo as
 18 limitações constitucionais de despesas federais.

19 O Secretário Everton (MMA) também destacou promover as sinergias necessárias entre
 20 as esferas Federal e Estadual e que a opção a descentralização da captação de recursos
 21 de pagamentos por resultados deve ser feita sem entraves burocráticos, com critérios
 22 mais simples. Atualmente, o Brasil tem um potencial muito além de sua capacidade de
 23 captação, vide a captação de apenas 7% até então pelo Fundo Amazônia. Enfatizou que
 24 esses recursos são necessários para o alinhamento de ações estaduais de combate ao
 25 desmatamento com a esfera federal, uma vez que tem-se um objetivo comum.

26 Sobre a representatividade na CONAREDD+, o Secretário Everton (MMA) informou que
 27 o Ministro tratou demandas de ampliação da participação dos estados e da sociedade
 28 civil na CONAREDD+ e que a proposta chegou à Casa Civil, mas houve uma demanda do
 29 Observatório do Clima (OC) de trazer novas sugestões à minuta de decreto, por isso a
 30 proposta foi retirada para que fossem feitas as devidas análises. Reforçou que a
 31 CONAREDD+ precisa contar com a legitimidade que advém da participação.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

32 Agradeceu os membros pelo engajamento não só na CONAREDD+, mas também nas
 33 Câmaras Consultivas Temáticas (CCT), que tem conseguido avançar nos seus trabalhos.

34 Após fala do Secretário, Thelma Krug, (MMA), representante titular do Ministério do
 35 Meio Ambiente (MMA) e Presidente da CONAREDD+, apresentou a agenda da reunião.

36 **Agenda**

| Horário | Tema |
|----------------|--|
| 09h30 | Abertura Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas, Ministério do Meio Ambiente (MMA) |
| 09h45 | Aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária |
| 10h00 | Apresentação de informes pela Secretaria Executiva |
| 10h30 | Anexo Técnico sobre REDD+ – resultados de redução do desmatamento no bioma Amazônia (2011 a 2015) Thelma Krug, MMA |
| 11h00 | Nível de referência de emissões provenientes do desmatamento no bioma Cerrado (FREL) Thelma Krug, MMA e Dalton Valeriano, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| 11h30 | Apresentação de informes pelos coordenadores das Câmaras Consultivas Temáticas – andamentos dos trabalhos |
| 12h30 | Almoço |
| 14h00 | Apresentação da metodologia proposta pela CCT CDRNR para a distribuição de limites de captação de recursos de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia. Ana Luíza Champloni, Coordenadora da CCT-CDRNR |
| 15h00 | Deliberação sobre a Resolução n. 6 que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia. Letícia Guimarães, Coordenadora da CCT-CDRNR |
| 16h30 | Planejamento de atividades em 2017 Secretaria Executiva da CONAREDD+ |
| 17h30 | Encaminhamentos |
| 18h00 | Encerramento |

37

38 **APROVAÇÃO DA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

39 Thelma Krug (MMA) apresentou a ata que foi circulada aos membros titulares e
 40 suplementares relativa a última reunião da CONAREDD+, sem que houvessem comentários a



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

41 ela pelos membros. Não houve manifestações e a ata da 2^a reunião ordinária foi então
42 aprovada.

43

44 APRESENTAÇÃO DE INFORMES PELA SECRETARIA EXECUTIVA

45 Thelma Krug (MMA) iniciou a sessão de informes explicando que a reunião
46 extraordinária de balanço estava prevista para o final de 2016 mas não foi realizada
47 devido às intensas demandas de trabalho da Secretaria Executiva, sobretudo pelas
48 submissões do Brasil à UNFCCC (Anexo Técnico sobre REDD+ e FREL-Cerrado).

49 Thelma Krug (MMA) informou que a Resolução nº 5, que trata dos princípios de atuação
50 da CONAREDD+, foi aprovada pelos membros por meio eletrônico. Informou ainda sobre
51 o lançamento da nova fase dos Planos de Combate ao Desmatamento, trazendo
52 detalhes sobre os documentos. Reforçou que os planos devem ter foco em ações
53 federais mas que incluem indicações de áreas de atuação estaduais, explicando que o
54 objetivo disso é trazer os estados para a governança dos Planos. Magaly Medeiros (AC)
55 salientou a intenção de ações coordenadas com estados conforme previsto na
56 governança.

57 Letícia Guimarães (MMA) informou que o projeto do MMA com a cooperação alemã
58 inclui um componente REDD+ que esse viabilizará a vinda de representantes de PCT,
59 bem como promoverá a construção de ferramentas que darão suporte aos trabalhos da
60 CONAREDD+ e das CCT (tais como Info Hub Brasil, SISREDD+ e Matriz de Impacto).
61 Informou ainda que no âmbito do Fundo Verde para o Clima (GCF) está sendo discutida
62 a criação de um pedido de propostas (*request for proposals – RfP*) para recebimento de
63 pagamentos por resultados de REDD+ e que o Brasil tem trabalhado em uma proposta
64 com os governos do Uruguai e Equador (com quem divide o assento do Conselho do
65 GCF). Houve um atraso no desenvolvimento dessas consultas e isso acabou por atrasar
66 a deliberação para a 17^a reunião do GCF, que acontecerá em julho. Informou ainda que
67 o canal de comunicação da secretaria executiva sobre esses temas continua sendo o
68 Boletim Informativo circulado mensalmente pelo MMA, no qual todos os membros da
69 CONAREDD+ estão inscritos.

70 Luiz Andrade (MRE) compartilhou com o grupo que o Acordo de Paris entrou em vigor
71 antes da COP-22, mas que a expectativa de terem regras definidas para o acordo não se
72 cumpriu por falta de insumos dos órgãos subsidiários. Esclareceu que é um momento
73 de avaliação do processo, por isso há um calendário bem definido de implementação do
74 Acordo até o fim de 2018 – o que condiz com a urgência que o tema clima demanda.
75 Luiz Andrade (MRE) também informou que o Brasil teve um pavilhão na COP-22,
76 organizado pela ANA, ApexBrasil e MMA, grande agenda de eventos – conduzidos pelo



**COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA**

77 governo federal, mas também pela sociedade civil. Relata que, em suas impressões, do
78 ponto de vista do tema florestas, não houve nenhuma discussão relevante – dado que
79 as negociações sobre o tema REDD+ já finalizaram.

80 O Secretário Everton (MMA) propôs então uma inversão de pauta: apresentação dos
81 informes das CCT logo após sua fala. Comunicou que, por determinação do governo
82 federal, a nova estrutura para o MMA. Letícia Tura (Grupo Carta de Belém) salientou
83 que é a discussão sobre florestas não está relacionada somente a mudança do clima,
84 mas também a biodiversidade e a sociobiodiversidade. Ressaltou que é necessário
85 entender como isso vai repercutir nas políticas públicas. Declarou que o Grupo Carta de
86 Belém ficou preocupado com o funcionamento da governança e com processo de
87 convocação da Câmara Técnica de Agricultura, Floresta e Biodiversidade do FBMC: o
88 prazo de convocação foi curto e prejudicou a participação de representantes da
89 sociedade civil organizada. Letícia Tura (GCB) nota ainda uma sobreposição entre a
90 CONAREDD+ e a Câmara Técnica.

91 O Secretário Everton (MMA) relembrou que o FBMC é um fórum de diálogo soberano e
92 autônomo para conduzir as discussões sobre os temas que desejarem. Ponderou que
93 não há superposição de governança, caso discutam sobre temas de competência da
94 CONAREDD+ não haverá qualquer tomada de decisão. O Secretário informou ainda que
95 fará chegar ao FBMC a preocupação sobre antecedência para convocação.
96

97 **INFORMES DAS CÂMARAS CONSULTIVAS TEMÁTICAS**

98 Luiz Andrade (MRE) trouxe à CONAREDD+ os trabalhos realizados pela CCT-Salvaguardas
99 (CCT-Salv) desde 2016, com inicio um pouco depois das outras CCT. Relembrou que,
100 antes do início dos trabalhos, foi realizada uma oficina de nivelamento sobre
101 salvaguardas. Entre os principais produtos citou a conceitualização das salvaguardas
102 para o contexto do Brasil (ou seja, ressignificar as salvaguardas gerais do Acordo de
103 Cancún no âmbito da UNFCCC), três relatórios em apoio à formação do SISREDD+, o
104 Sumário de Informações sobre Salvaguardas, desenvolvimento do procedimento de
105 ouvidoria sobre violação de salvaguardas, e um plano de capacitação sobre salvaguardas
106 de REDD+. Luiz Andrade (MRE) informou que a cooperação alemã apoiou e permitiu
107 realizar oficina de dois dias sobre o tema, em um ambiente mais tranquilo e que
108 propiciava um maior entendimento, o que permitiu ao grupo avançar no nivelamento
109 de conceitos entre os seus participantes. Edel Tenório (CNS) complementou que, apesar
110 do tema complexo, a oficina propiciou adequar a linguagem para um público mais amplo
111 que até então não tinha envolvimento no tema. Ressaltou que o evento demonstrou
112 que os participantes têm conteúdo a aportar, mas o grande desafio é a linguagem usada
113 nas discussões.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

114 Luiz Andrade (MRE) relatou que durante a 2^a Reunião Ordinária da CCT, houve avanço
115 na aprovação de modelo de conceitualização de salvaguardas, troca de ideias sobre o
116 conteúdo de cada salvaguarda, bem como voluntários para trabalhar no relatório
117 remotamente. Para a próxima reunião, em junho, a ideia é aprovar o relatório, Produto
118 1, e concluir o Produto 3. Avanço também quanto ao Produto 4, com o convite da
119 Coordenadora de Ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, de
120 especialista em ouvidorias, com vários cursos e trabalhos no currículo, e de especialistas
121 em consentimento prévio, livre e informado, segundo a Convenção nº 169 da OIT. Edel
122 Tenório (CNS) complementou, salientando que o grupo tem valorizado a questão da
123 ouvidoria, que é vista como “a salvaguarda da salvaguarda”. A palestra trouxe mais
124 entendimento sobre como que a ouvidoria provê transparência, segurança e seguridade
125 no Brasil. Luiz Andrade (MRE) acrescentou que os representantes de povos e
126 comunidades tradicionais e povos indígenas (PCTPI) tem preocupação com os rumos das
127 discussões da Resolução CONAREDD+ nº 6, bem como desejo de os representantes
128 terem uma maior inserção nos debates de outras CCT.

129 Luz Maciel (SG-PR) atualizou os participantes sobre o andamento dos trabalhos da CCT
130 Pacto Federativo (CCT-Pact) e compartilhou do anseio sobre os produtos das demais
131 CCT. Esclareceu que os produtos principais são o mapeamento de iniciativas estaduais
132 relacionadas à REDD+ e o plano de capacitação dos técnicos estaduais e municipais
133 sobre o tema para o alinhamento da ENREDD+ com os programas subnacionais. Luz
134 Maciel (SG-PR) também informou que a CCT-Pact já realizou três reuniões, em que se
135 teve um alinhamento conceitual sobre REDD+ na primeira reunião, a discussão sobre o
136 plano de trabalho e apresentações dos estados na segunda, e o início da construção do
137 formulário de mapeamento na terceira reunião. Relatou algumas dificuldades no
138 andamento dos trabalhos como quanto ao alinhamento conceitual, a demanda para
139 ampliação do escopo da CCT, entre outras. Como pontos fortes destacou a presença de
140 17 diferentes estados da federação representados na CCT (todos os Biomas Brasileiros
141 também, com exceção do Pampa), o balanço de gênero alcançado entre os participantes
142 e retorno bastante positivo para as discussões na Câmara com as apresentações das
143 iniciativas em alguns dos estados, com diferentes experiências e níveis de
144 implementação.

145 Ana Luíza (MF) fez o informe sobre a CCT de Captação e Distribuição de Recursos Não
146 Reembolsáveis (CCT-CDRNR) e relatou que os trabalhos estão ocorrendo bem, com
147 muita cooperação e contribuições por parte dos membros da Câmara. Durante a
148 primeira reunião, houve a apresentação do plano de trabalho, que tem previsão para
149 ser finalizado em setembro de 2017. A segunda reunião focou na proposta da Resolução
150 CONAREDD+ nº 6, o primeiro produto do grupo. Em sua terceira reunião, a CCT-CDRNR
151 trabalhou sobre os critérios de elegibilidade, e esse tema foi um pouco mais complicado,



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

152 com entendimentos diversos entre os membros; entretanto, a expectativa é que o tema
153 seja abordado novamente na próxima reunião com uma nova proposta será trabalhada.
154 Leticia Guimarães (MMA) acrescentou que o compartilhamento de informações entre
155 as CCT é importante, por isso entende que a participação dos coordenadores nas
156 reuniões das CCT é a forma mais eficiente de promover a troca de informação e saldo
157 de dúvidas.

158 Ana Luíza (MF) ainda informou sobre o GCF, e disse que a Autoridade Nacional
159 Designada é a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.
160 Esclareceu que será formado um comitê executivo para coordenar o Programa País.

161

162 APRESENTAÇÕES SOBRE SUBMISSÕES À UNFCCC

163 Thelma Krug (MMA) informou os membros da CONAREDD+ sobre o processo de
164 elaboração e de revisão das submissões brasileiras à UNFCCC. Salientou que as
165 submissões foram feitas pelo MMA, com a colaboração do GTT REDD+, o que permitiu
166 pronta resposta do país aos avaliadores.

167 Carlos Rittl (OC) informou sobre o lançamento de uma série de mapas e dados de uso
168 do solo de 2000 a 2016. Questionou sobre a eventual harmonização das diferentes
169 linhas de base do Brasil. Em resposta Leticia Guimarães (MMA) esclareceu que as
170 referências da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), do Fundo Amazônia
171 e do FREL-Amazônia vieram de contextos, finalidades, métricas e recortes territoriais
172 diferentes. Apontou que o aspecto que tem demandado mais atenção é a convergência
173 da linha de base do Fundo Amazônia e o FREL-Amazônia, uma vez que ambos tratam de
174 pagamentos por resultados de REDD+. Leticia Guimarães (MMA) salientou ainda que o
175 MMA tem mantido interlocução com os doadores, mas em um nível mais político.
176 Relembrou que o nível de referência para a Convenção é o FREL-Amazônia, enquanto a
177 linha de base do Fundo Amazônia poderia ser uma espécie de *proxy* para o limite de
178 captação, tal como um limite de pagamento. Leticia Guimarães (MMA) finalizou
179 explicando que, nesse contexto de descentralização, o Fundo Amazônia é parte de um
180 todo.

181 Thelma Krug (MMA) prosseguiu a apresentação sobre submissões, agora com foco na
182 elaboração do FREL-Cerrado. Dalton Valeriano (INPE) apresentou ao grupo o contexto
183 em que se desenvolveu o mapeamento do bioma Cerrado, o qual possibilitou o
184 desenvolvimento do FREL deste bioma. Dalton Valeriano (INPE) ainda detalhou o
185 processamento de imagens e abordou rapidamente as classes da chave de
186 interpretação. Esclareceu que foi feita a diferenciação do que é floresta, savana e
187 campestre, o que é condizente com o adotado pelo IBGE.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

188 ***INTERVALO PARA O ALMOÇO***

189

190 **APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES DE CAPTAÇÃO**

191 Ana Luíza (MF), coordenadora da CCT-CDRNR detalhou para os membros da
192 CONAREDD+ o processo de elaboração da metodologia de distribuição dos limites de
193 captação. Descreveu a lógica empregada pela CCT-CDRNR para a elaboração da
194 metodologia, que é semelhante à de estoque-fluxo, porém adequada ao contexto de
195 pagamento por resultados da UNFCCC, com foco nas atividades de REDD+, conforme
196 critérios a seguir:

- Critério I (25%): área de floresta nativa
- Critério II (75%): redução do desmatamento.

199 A base de cálculo é a média das taxas de desmatamento dos mesmos períodos adotados
200 pelo FREL, de modo a ser coerente com a metodologia adotada para o FREL Amazônia.
201 Foi adotado um piso de 2% para o limite de captação dos Estados amazônicos.

202 Letícia Guimarães (MMA), co-coordenadora da CCT-CDRNR, trouxe detalhes sobre o
203 histórico do processo de elaboração da minuta de proposta da Resolução CONAREDD+
204 nº 6 que incluiu discussões em dois momentos no âmbito da CCT seguido de uma análise
205 jurídica da CONJUR do MMA.

206 Durante o debate, Letícia Guimarães (MMA) esclareceu que a adoção dos critérios “área
207 de floresta nativa” e “redução do desmatamento” teve como referência a proposta
208 elaborada pela Força Tarefa dos Estados Amazônicos. Acrescentou ainda que a proposta
209 de 37,5% para o governo Federal e 62,5% para os Estados amazônicos era uma proposta
210 de conciliação entre o proposto anteriormente pela Força Tarefa dos Estados
211 Amazônicos (20% governo Federal e 80% para os Estados amazônicos) e a posição de
212 órgão do governo Federal que defendiam participação superior aos 37,5% propostos.
213 Informou também que a área aferida pelo PRODES em km² é a métrica.

214 Edel Tenório (CNS) questionou os coordenadores da CCT-CDRNR sobre como a divisão
215 da distribuição 25-75% contempla os povos e comunidades tradicionais e povos
216 indígenas. Letícia Guimarães (MMA) esclareceu que a resolução trata da distribuição dos
217 limites de captação, não da distribuição de benefícios e da aplicação dos recursos.
218 Exemplifica que o Fundo Amazônia investe cerca de 30% nos Estados, mas há projetos
219 da sociedade civil, bem como uma chamada pública para PCTPI. Informa ainda que os
220 próprios financiadores têm feito exigências de que pelo menos 50% dos recursos de
221 pagamentos por resultados cheguem à base, para os grupos mais diretamente
222 envolvidos com a conservação das florestas e o combate ao desmatamento.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

223 Magaly Medeiros (AC) informou à CONAREDD+ que os estados ainda não se apropriaram
224 do conteúdo discutido na CCT-CDRNR. Esclareceu que os representantes do Amapá têm
225 considerado baixo o piso de 2% e os demais estados não acham que deveria ser um
226 esforço dos estados aumentar esse percentual. Letícia Guimarães (MMA) chamou
227 atenção para o fato de que o material da CCT-CDRNR foi circulado há muito tempo,
228 período no qual a coordenação não recebeu qualquer comunicação no sentido de
229 dirimir dúvidas e ou pedir mais tempo para sua análise. Ressaltou ainda que a decisão
230 cabe ao colegiado, se consideram que precisa ser mais amadurecido a deliberação
231 poderia ser adiada para a próxima reunião da CONAREDD+. Esclareceu também que essa
232 decisão afeta processos de captação de recursos de pagamentos por resultados de
233 REDD+ dos estados, já que o Fundo Amazônia tem sua elegibilidade automática,
234 estabelecida por Decreto.

235 Antônio Stroski (AM) reforçou o ponto de Magaly Medeiros (AC), relatando não se sentir
236 à vontade para apresentar esses números ao governador do AM e sugerindo refletir
237 melhor sobre a proposta apresentada, mesmo que implique um atraso estratégico. Luiz
238 Andrade (MRE) ponderou que o prazo de convocação e entrega de material não existe
239 por acaso, é para que se deem as articulações entre os entes e suas representações.
240 Ressaltou sua participação no sentido de encaminhar a aprovação da resolução, mas
241 informa que comprehende a vontade deste grupo, que a discussão ocorra com mais
242 tempo. Carlos Rittl (OC) salientou que entende que o grupo gostaria de ter logo regras
243 de acesso aos recursos, mas considerou que vale um esforço para um trabalho de curto
244 prazo a fim de aprofundar essa discussão.

245 Thelma Krug (MMA) parabenizou a CCT pelo trabalho. Salientou que as interlocuções
246 não foram feitas durante o período de organização do material, mas que comprehende
247 que os maiores interessados são o próprio grupo sugere um atraso na deliberação.
248 Defendeu que o processo a ser encaminhado na CONAREDD+ se constitui mais como
249 um refinamento, avaliação dos percentuais, sem perder de vista os critérios objetivos.
250 Por fim, sugeriu utilizar o restante do tempo de reunião para revisar a Resolução
251 CONAREDD+ nº 6.

252

253 ***INTERVALO***

254

255 **REVISÃO SOBRE ARTIGOS DA RESOLUÇÃO CONAREDD+ n. 6**

256

257 Art. 1º

258 Artigo aprovado.

259



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

- 260 Art. 2º
261 Artigo aprovado.
262
263
264
265 Art. 3º
266 Letícia Guimarães (MMA) relembrou ao grupo que a titularidade foi o único ponto que
267 gerou divergência no âmbito da CCT. Para refletir as diferentes visões, permaneceu o
268 colchete. A “titularidade” refere-se a uma questão de ordem jurídica quanto ao direito
269 sobre as reduções de emissão. Sobre esse último, afirma que não há ainda
270 jurisprudência. A redação do artigo deve ser objeto de revisão pelos membros.
271
272 Art. 4º
273 Houve acordo com relação a adoção dos critérios propostos. Os percentuais propostos,
274 no entanto, devem ser objeto de revisão pelos membros.
275
276 Art. 5º
277 Artigo aprovado.
278
279 Art. 6º
280 Artigo aprovado, com observação no §1º.
281
282 Art. 7º
283 Redação do caput deve ser objeto de revisão pelos membros para dar mais clareza ao
284 texto. O percentual proposto deve ser objeto de revisão pelos membros.
285 §1º. Deve ser objeto de revisão pelos membros, para melhoria da redação.
286 §2º. Deve ser objeto de revisão pelos membros.
287
288 Art. 8º
289 Caput aprovado.
290 §1º. Aprovado.
291 §2º. Aprovado, após alguns esclarecimentos sobre a finalidade do Info Hub Brasil.
292 §3º. Aprovado.
293
294 Art. 9º
295 Aprovado.
296
297 Marcio Rojas (MCTIC) salientou que, no cenário ideal, a metodologia recompensaria
298 estados que optassem por aumentar sua área nativa; mas o que é informado hoje pela



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

299 metodologia do PRODES não prevê isso. Logo, em sua visão, o anexo da resolução não
300 reflete esse esforço de incremento de estoques, o que torna desigual a recompensa por
301 essa atividade. Thelma Krug (MMA) explicou que o FREL-Amazônia incluiu apenas a
302 atividade de redução de emissões do desmatamento e que o incremento dos estoques
303 de carbono será abordado futuramente, mas ainda carece de desenvolvimento técnico.
304

305 **PLANEJAMENTO 2017**

306

307 Leticia Guimarães (MMA) fez apresentação ao grupo com o cronograma de atividades
308 elaborado pela Secretaria Executiva. Chamou atenção para o mês de agosto, quando se
309 prevê a entrega de diferentes produtos das CCT, e para o final de ano apertado, uma vez
310 que novembro já será a COP-23. Esclareceu que existe a previsão de reunião ordinária
311 no final de setembro, o que implica em uma revisão dos produtos das CCT. Para a
312 captação de recursos de pagamento por resultados, há necessidade de atualização do
313 Sumário de informações sobre salvaguardas, requisito para acesso aos resultados de
314 2011-2015. Leticia Guimarães (MMA) informou que a proposta da Secretaria Executiva
315 é que a reunião extraordinária ocorra no dia 06 junho, seguida de uma reunião ordinária
316 no dia 27 de setembro. Solicitou ainda aos membros que marquem em suas agendas e
317 alertou para a possibilidade de uma reunião de balanço em dezembro de 2017 para
318 encerrar as atividades do ano.

319

320 **EVASÃO DE MEMBROS DAS CCT**

321

322 Leticia Guimarães (MMA) descreveu o trabalho da Secretaria Executiva, que examinou
323 a composição das CCT e fez levantamento de membros com faltas recorrentes.
324 Relembrou que foram obedecidos critérios estabelecidos em resolução, mas que isso
325 não impediu a falta de adesão. Algumas faltas justificadas, outras não. A Secretaria
326 Executiva fez consulta aos coordenadores, que consideraram importante preencher as
327 vagas disponíveis, mas constatou que de maneira geral a lista de espera não apresenta
328 os perfis necessários para os trabalhos de cada CCT.

329

330 Leticia Guimarães (MMA) relembrou que a seleção de participantes para as vagas das
331 CCT é pessoal - não institucional - e propõe encaminhar uma busca ativa e direcionada
332 de novos representantes de cada CCT, conforme os seguintes critérios estabelecidos em
333 resolução:

334

- 335 1. CCT-Salv: repor povos indígenas e comunidades tradicionais;
- 336 2. CCT-Pact: repor representantes de estados ainda não contemplados; e
- 337 3. CCT-CDRNR: repor os perfis desejáveis que ainda faltam a Câmara.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

338

339 Os membros da CONAREDD+ concordaram com essa abordagem.

340

341

342

343

344 ENCAMINHAMENTOS

345

- 346 • Consulta aos membros da CONAREDD+ sobre minuta da Resolução CONAREDD+
347 nº 6 sobre três pontos: titularidade, percentual por critério e percentual mínimo;
- 348 • Secretaria Executiva compila contribuições de modo a permitir a análise das
349 alterações propostas;
- 350 • Reunião Extraordinária indicada para o dia 06 de junho, quando se delibera sobre
351 versão revista da minuta da Resolução CONAREDD+ nº 6;
- 352 • Reunião Ordinária agendada para o dia 27 de setembro;
- 353 • Busca ativa para preencher vagas por meio de ofícios da CCT aos estados, busca
354 ativa aos povos tradicionais – de acordo com critérios previstos em resolução.